



EDITORIAL

Treze de Maio

Treze de maio traição,
liberdade sem asas
e fome sem pão

Liberdade de asas quebradas
[...]

Treze de maio – já dia 14
a resposta gritante:

pedir
servir
calar.

Os brancos não fizeram mais
que meia obrigação
[...]

e com nossa mão gigante
batucamos no seu mapa
... quem sabe nem com isso
e então vamos rasgar
a máscara do treze
para arrancar a dívida real
com nossas próprias mãos.

(Oliveira Silveira, 2013, p. 249).

O volume 5, número 3, da Revista Em Favor de Igualdade Racial - Refir está sendo publicizada nesta data comemorativa de extrema importância para a população negra, 20 de novembro, dia da Consciência Negra, que faz alusão a morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares. Fazendo uma breve retrospectiva, a data foi elegida pelo movimento negro brasileiro para fazer alusão as suas lutas, aos seus processos de resistência desde África.

Anteriormente, a data selecionada para lembrar a história desse grupo que veio para o país através da escravização, negros africanos, era a data 13 de maio, data de assinatura da Lei Áurea em 1888, assinada pela Princesa Isabel de Bragança, esta que representava a monarquia portuguesa, os colonizadores. Entretanto, essa libertação em nada significou acesso a direitos, além disso, o processo de libertação já tinha sido iniciado pelos escravizados a partir de seus processos de



resistências, a Inglaterra exercia forte pressão para a abolição que tinha interesses econômicos envolvidos.

Assim, para “rasgar a máscara do 13 de maio” como afirma o poeta da consciência negra Oliveira Silveira, ocorre esse deslocamento da importância de uma data para celebrar e lembrar a luta desse grupo contra o sistema escravista e contra o racismo cotidiano foi selecionado pelo movimento negro brasileiro o 20 de novembro.

Dessa maneira, assim como as conquistas do movimento negro – a exemplo a Lei 10.639/2003, a Lei 12.711/2012, a Lei 12.990/2014 -, a Revista Em Favor de Igualdade Racial - REFIR foi semeada, cultivada e nasce a partir da ação que Gomes (2018) denomina de *movimento negro educador*. Foi reconhecendo o racismo epistêmico de nossa sociedade que esse grupo busca formas de resistir e produzir epistemologias também através de espaços institucionalizados de saber como as revistas/periódicos de universidades.

A citada revista temática insere em sua equipe pessoas negras e brancas *engajadas* (hooks, 2013) em uma educação antirracista, estes possuem conhecimento na temática étnico-racial e em seu escopo artigos de diversificados campos do conhecimento que de alguma maneira dialogam com a temática da revista, artigos que muitas vezes são rejeitados por outras revistas eletrônicas que não valorizam a temática étnico-racial ou ainda agem com racismo epistêmico.

Na presente edição (V5 N3) a revista conta um dossiê com 10 resenhas organizadas a partir da formação realizada através do Programa Residência Pedagógica do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre-Ufac.

Os 10 artigos desta edição possuem uma diversificados temas: três deles trazem experiências ou pesquisas acerca das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, tendo como lócus a Escola Municipal Conrado Saraiva de Moura, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre – CAP-UFAC e Escolas da rede municipal de Pesqueira (PE); fazendo intersecção com a questão de gênero e raça com o objetivo de expor as vivências de mulheres negras temos os artigos que discute o espetáculo “Manifesto Eelekô” no Teatro Armando Gonzaga e o que discute a corporalidade de em Maria Carolina de Jesus em sua obra Quarto de Despejo; além disso, a revista traz também artigos que procuram refletir sobre a (não) equivalência da decolonialidade com o antirracismo; e ainda artigo que busca analisar dados socioeconômicos de cor/raça do estado da Bahia trazendo o questionamento “as mazelas socioeconômicas têm cor?”; por fim, o artigo que discute as teorias raciais do final do século XIX e sua continuidade até os dias atuais; outro analisa os processos de criminalização da roda de samba e do funk a partir da perspectiva da Teoria Crítica do Direito; e por fim o artigo que aborda os dilemas das comissões de heteroidentificações para concursos públicos e o aperfeiçoamento técnicos dessas bancas.



Assim, espero que os leitores aproveitem os artigos e resenhas aqui elencados que com toda certeza foram selecionados, analisados e publicados aqui a partir de muito trabalho duro e coletivo.

Andressa Queiroz da Silva
Professora de Língua Portuguesa da Rede de Educação Estadual do Acre
Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do
Acre – Neabi/Ufac